

Geografia e Poder: A dialética do território¹

Zeno Soares Crocetti^{*}

"A força que mantém unida a sociedade e o Estado, que, de modo geral, representa os interesses das classes dominantes e reprime a classe explorada. A escravidão humana, que se desenvolveu com a civilização, marcou a primeira grande divisão da sociedade em uma classe explorada e outra que era exploradora.

A ambição mais vulgar tem sido a força que move a civilização, desde seus primeiros dias até o presente. O objetivo básico desta ambição é a eterna busca da riqueza material, mas não é riqueza para toda a sociedade, e sim, para tal ou qual indivíduo. Como a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, cada progresso na produção é um retrocesso na condição da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros."

(ENGELS, *A origem da família da propriedade privada e do Estado.*)

Contextualização

Se no final do século XIX, a máquina a vapor mudou a face do mundo, dando origem à revolução industrial: desenvolvimento do capitalismo, surgimento da classe operária, nascimento do socialismo, expansão do imperialismo, etc. – neste início de milênio, vivemos alterações geopolíticas que refletem as rápidas e imprevisíveis transformações da última década, que configuram uma crise tanto da sociedade e seu espaço, quanto das teorias que tentam compreender e explicar a mundialização econômica e tecnológica, cuja feição ainda não se encontra completamente definida.

Há uma sombra nos muros que dificulta a visão sobre as coisas, os homens e o mundo. O mundo moderno, na perspectiva da ótica da produtividade, foi construído sob o paradigma da revolução industrial e este está sendo modificado tão rapidamente que, contraditoriamente, levamos muito tempo para perceber seus efeitos, seus sintomas. Parecendo funcionar como um sistema de irradiação centrífuga esses efeitos observados nos países mais desenvolvidos são sentidos tardiamente nos países menos desenvolvidos. Desemprego combinado com expansão ou intensificação de jornadas de trabalho, flexibilidade nos contratos de trabalho com restrições ou perdas de direitos trabalhistas, carreiras bem estruturadas dando lugar a contratos de risco, essas e outras questões são alguns dos ingredientes de um mundo cujas perspectivas futuras são incertas e cujo presente é sombrio para uma multidão de ex-trabalhadores e para outros tantos

¹ Texto apresentado na 18ª Semana de Geografia da UEL em 18/09/2002 e publicado nos anais do 1º Congresso Curitibano de Geografia. Curitiba: Letra das Artes, julho de 2004, p. 23-44..

^{*} Professor de Geografia da UNIBEM e IBPEX, Curitiba/PR – Fone 9106-3256 - crocetti@uol.com.br.

não-trabalhadores. Ex-trabalhadores porque perderam seus empregos ou porque perderam aquela capacidade de alternâncias, na mesma função ou funções diversificadas, em diversos empregos. Não-trabalhadores porque sequer a essa situação poderão se encontrar, pois sua formação/qualificação profissional já se tornou obsoleta ainda antes de entrar para um mercado de trabalho instável e incerto. O mundo da produção mudou e com ele, todos os saberes estão sendo dissolvidos. Diz-se que o trabalho humano, como capacidade de transformação da natureza pelos saberes, pelas técnicas e habilidades manuais humaniza o homem porque produz coisas, idéias e relações, além de prazeres (LOPES, 2000, p.141). Entretanto, não parece ser verdadeira a tese, visto que o trabalho no mundo capitalista não garante essa realização para todos.

No mercado a força de trabalho humana é também mercadoria e enquanto tal, no mundo competitivo, também encalha, apodrece e morre. Entretanto, os sujeitos permanecem vivos (ou sobrevivem) detendo uma força de trabalho que não mais gera valor. São proprietários de um conjunto de saberes, técnicas e habilidades que geram "produtos obsoletos". Nas reflexões de Haddad (1997), nessas condições, nem se fala mais em exército industrial de reserva. Os novos agentes da produção, ou "agentes inovadores" como denomina o autor, são outros. Hoje são compostos por cientistas, engenheiros e técnicos, "operários" do novo século. Estes já não realizam trabalho (função, preponderantemente, da tecnologia) e sim atividade (função da capacidade cognitiva do homem). Hoje já pode começar a falar da constituição de um exército científico de reserva (HADDAD, 1997, p.120).

Historicidade

"O Sistema Mundial Moderno está chegando ao fim. Mas serão precisos no mínimo mais 50 anos de crise terminal, ou seja, de 'caos', antes que possamos ver surgir uma nova ordem social. Nossa missão atual e nos próximos 50 anos é a missão dos utopistas. Trata-se da tarefa de imaginar e empenhar-se em criar essa nova ordem social". (WALLERSTEIN, 2002, p. 27.)

Entre 1870 e 1914, a Europa Ocidental e os Estados Unidos arquitetaram a conquista política, econômica e cultural da África, Ásia, Oceania e América Latina. Repartiram o mundo entre si e organizaram poderosos impérios coloniais que só tinham em comum o desenvolvimento da acumulação capitalista.

Este período ficou conhecido como imperialista e as causas desta expansão foram diversas. No entanto, todas se relacionam com o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países imperialistas.

Efetivamente, o desenvolvimento capitalista destes países unido a um crescimento demográfico que se processava desde o século XVIII, significou uma transformação acelerada na estrutura econômica e nos hábitos sociais destes países. O desenvolvimento industrial ampliou a demanda de matérias-primas, muito das quais se produziam em condições mais vantajosas fora da Europa e EUA, e, ao mesmo tempo, o aumento na produção de artigos industriais ia ampliando a necessidade de mercados exteriores que consumissem os excedentes. Por outro lado, o crescimento das populações urbanas fez aumentar a demanda de alimentos, cuja produção na Europa havia diminuído pelo êxodo rural ou simplesmente porque se tornara mais barato comprá-los em mercados externos.

Contudo, o imperialismo tinha outras máscaras e razões mais sutis e menos transparentes. A conquista militar e política de milhões de seres humanos de outras raças e culturas era induzida pela exportação de capitais que não rendiam juros suficientes na Europa. Esta forma de penetração é conhecida como imperialismo financeiro, comandado por poderosos monopólios de banqueiros, investidores e industriais.

O economista inglês Hobson abria o jogo ao escrever: "O fator econômico mais importante, a grande distância dos demais, do imperialismo é a influência que tem nos investimentos. O crescente cosmopolitismo do capital constituiu-se na mudança econômica mais notável que se registrou nas últimas gerações. Todas as nações industrialmente desenvolvidas trataram de colocar uma grande parte de seu capital fora dos limites de sua própria área política, em países estrangeiros ou em colônias, e de receber uma renda cada vez mais alta por este investimento". E mais adiante arremata: "A riqueza destes grupos financeiros, a magnitude de suas operações e suas ramificações organizativas espalhadas por todo o mundo convertem-nos em elementos decisivos e fundamentais na marcha da política imperial. Têm mais interesses do que ninguém nas atividades imperialistas e os maiores meios de impor sua vontade às decisões políticas nas nações"¹.

Anos depois, outros autores retomaram as idéias de Hobson e tornaram-nas mais precisas. Lênin, definia este processo histórico da seguinte forma: "O imperialismo é um capitalismo na fase de desenvolvimento, quando tomou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, quando ganhou significativa importância a exportação de capitais, quando, iniciou-se a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a repartição de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes"².

Isto significava prognosticar um período de guerras e revoluções como consequência da luta entre os países imperialistas, entre os monopólios internacionais, pelos mercados externos e melhores condições para arrancar lucros maiores.

De fato, os grandes trustes internacionais, muitos dos quais dariam origem às grandes empresas multinacionais de hoje, nasceram em fins do século XIX. Antes de 1914, existiam 122 trustes de origem estadunidense, 60 ingleses e 167 franceses, alemães e suíços.

Particularmente, os monopólios que associavam grandes industriais e poderosos bancos foram um fenômeno característico da economia estadunidense e alemã dessa época, e, de forma menos intensa, na Grã-Bretanha e França.

Tabela1

Investimentos Externos (% sobre o total mundial)				
Países	1914	1930	1970	1992
Reino Unido	50	38	15	13
Alemanha e França	40	40	09	12
Estados Unidos	6	15	52	58

Fonte: Banco Mundial WIR, 1997.

Além destes fatores de ordem econômica, outros de natureza político-estratégica, diplomática e nacionalista intervêm na expansão imperialista.

A idéia de que um país deve transformar-se em uma potência mundial não só está ligada à própria natureza do capitalismo como sistema mundial, mas também se vinculou ao pensamento político de certos governantes, grupos de intelectuais e políticos nacionalistas em geral. Esta idéia de potência mundial tinha muito a ver com o prestígio da nação, o equilíbrio político europeu e a influência que a nação podia e devia exercer no mundo.

Para muitos governantes, políticos e militares a condição de potência implicava a necessidade de ter colônias, protetorados, bases navais em todos os continentes, única forma de proteger os nacionais, não apenas dos governos desses lugares, como também da ação das outras potências ocidentais.

O temor de que uma potência estrangeira ameaçasse uma possessão colonial, estimulava a conquista de uma fronteira mais extensa. Este elemento, que alguns historiadores chamaram de um "processo de acumulação preventivo", esteve muito presente na expansão britânica sobre a Índia.

Geografia e Imperialismo

"O desemprego invade hoje todos os níveis de todas as classes sociais, acarretando miséria, insegurança, sentimento de vergonha, em razão essencialmente dos descaminhos de uma sociedade que o considera uma exceção à regra geral estabelecida para sempre. Uma sociedade que pretende seguir seu caminho por uma via que não existe mais, em vez de procurar outras. (...) Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de 'solicitantes de emprego' que, ironia, pelo próprio fato de se terem tornado tais, atingiram uma norma contemporânea; norma que não é admitida como tal nem mesmo pelos excluídos do trabalho, a tal ponto que estes são os primeiros a se considerar incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos mais naturais. São levados a se considerar indignos dela e, sobretudo, responsáveis pela sua própria situação, que julgam degradante (já que degradada) e até censurável. Eles se acusam daquilo de que são vítimas. (...)" (FORRESTE, 1998, p.27-32)

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie - acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras.

"Em um de seus primeiros ensaios críticos mais famosos, T. S. Eliot aborda uma constelação similar de problemas e, mesmo sendo a ocasião e o objetivo de seu ensaio quase que puramente estéticos, é possível empregar suas formulações para esclarecer outros campos de experiência. Diz Eliot que o poeta é, evidentemente, um talento individual, mas trabalha dentro de uma tradição que não pode ser simplesmente herdada, tendo de ser obtida 'com grande esforço'. A tradição, prossegue ele, supõe, em primeiro lugar, o sentido histórico, que podemos dizer praticamente indispensável a qualquer um que continue a ser poeta depois dos 25 anos de idade; e o sentido histórico supõe uma percepção, não apenas do que é passado do passado,

como também daquilo que permanece dele; o sentido histórico leva um homem a escrever não só com sua própria geração entranhada até a medula, mas ainda com a sensação de que toda a literatura da Europa desde Homero, e dentro dela toda a literatura de seu país, possui uma existência simultânea e compõe uma ordem simultânea. O sentido histórico, que é um sentido tanto do intemporal quanto do temporal, e do intemporal e do temporal juntos, é o que torna um escritor tradicional. E é, ao mesmo tempo, o que torna um escritor profundamente consciente de seu lugar no tempo, de sua própria contemporaneidade.

Nenhum poeta, nenhum artista de qualquer arte, tem seu pleno significado sozinho.

A força desses comentários, penso eu, vale também para poetas que pensam criticamente e críticos com obras dedicadas a uma cuidadosa apreciação do processo poético. A idéia principal é que, mesmo que se deva compreender inteiramente aquilo no passado que de fato já passou, não há nenhuma maneira de isolar o passado do presente. Ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro e, no sentido totalmente ideal pretendido por Eliot, um coexiste com o outro. O que Eliot propõe, em suma, é uma visão da tradição literária que, mesmo respeitando a sucessão temporal, não é de todo comandada por ela. Nem o passado, nem o presente, como tampouco qualquer poeta ou artista, tem pleno significado sozinho.

A síntese eliotiana do passado, presente e futuro, porém, é idealista e, sob importantes aspectos, é função de sua própria história particular; ademais, sua concepção temporal não leva em conta a combatividade com que os indivíduos e as instituições decidem o que é e o que não é tradição, o que é e o que não é pertinente. Mas sua idéia central é válida: a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente. Vou dar um exemplo. Durante a Guerra do Golfo de 1990-91, o confronto entre o Iraque e os Estados Unidos foi resultado de duas histórias fundamentalmente opostas, cada qual usada pelo *establishment* oficial do respectivo país em benefício próprio. Tal como é concebida pelo Partido Baath iraquiano, a história árabe moderna revela a promessa irrealizada da independência árabe, promessa traída tanto pelo "Ocidente" quando por uma série de inimigos mais recentes, como a reação árabe e o sionismo. Assim, a sangrenta ocupação iraquiana do Kuwait

justificava-se não só por razões bismarckianas, mas também porque se acreditava que os árabes deviam reparar os males cometidos contra eles e arrancar do imperialismo uma das suas principais presas. Inversamente, na visão americana do passado, os Estados Unidos não eram uma potência imperial clássica, e sim justiceiros reparando males pelo mundo afora, perseguindo a tirania, defendendo a liberdade a qualquer custo e em qualquer lugar. Era inevitável que, com a guerra, essas duas versões do passado se entrecocassem.” (SAID, 1995, p. 33-35).

No artigo, e mais tarde no livro “O Choque de Civilizações”, Samuel Huntington, cujo objetivo do texto era suprir os estadunidenses com uma tese sobre a “nova ordem política mundial” foi convincente, e mandava um recado aos cientistas como Francis Fukuyama e sua idéia do fim da história, e aos arautos do pensamento único, que saudavam o início do globalismo, o tribalismo e a fragmentação do Estado.

Profetizava o que seria "o aspecto crucial, até mesmo central" do que "a política global provavelmente será nos próximos anos".

Sem hesitar, afirmou: "A idéia que proponho é que a fonte fundamental de conflitos neste novo mundo não será de natureza principalmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte predominante de conflito serão culturais. Os Estado-nações continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global vão se dar entre países e grupos que fazem parte de civilizações distintas. O choque de civilizações vai dominar a política mundial. As linhas divisórias entre as civilizações formarão as frentes de batalha do futuro."

A maior parte do argumento apresentado nas páginas seguintes se baseava numa idéia vaga do que Huntington chamava de "identidade de civilizações" e nas "interações entre as sete ou oito (sic) principais civilizações", sendo que o conflito entre duas delas, o islã e o Ocidente, recebe a parte do leão de sua atenção.

Para fundamentar esse pensamento agressivo, Huntington se baseia em um artigo publicado em 1990 pelo veterano orientalista Bernard Lewis, cujas cores ideológicas ficam manifestas no título, "As raízes da ira muçulmana". Em ambos os artigos afirmam-se de maneira impensada a personificação de entidades tremendas, "Ocidente" e "islã", como se questões extremamente complexas tais como identidade e cultura existissem num mundo semelhante ao das histórias em quadrinhos, onde *He Mam e Esqueleto* se enfrentam sem dó e o pugilista com mais virtudes se sai melhor do que seu adversário.

A dinâmica e a pluralidade internas de cada civilização, a disputa principal, na maioria das culturas modernas, diz respeito à definição ou interpretação de cada cultura, alguém se atreve a falar em nome de uma religião ou civilização inteira, seu discurso fatalmente conterà demagogia e ignorância, pura e simples.

O paradigma básico do Ocidente versus o resto do mundo (ou seja, a oposição da Guerra Fria reformulada) continuou intocado, e é isso que persiste, de maneira muitas vezes insidiosa e implícita, nas discussões tidas desde 11 de setembro.

O massacre cuidadosamente planejado e o atentado suicida horrendo cometido por um pequeno grupo de militantes foram transformados em provas da tese de Huntington. Em lugar de enxergá-lo como o que foi, a apropriação de idéias por um minúsculo bando de fanáticos, ilustres internacionais, tal como o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, ponderou publicamente sobre os problemas do islã, e usou as teses de Huntington para fazer elucubrações sobre a superioridade do Ocidente, "nós" temos Mozart e Michelangelo, enquanto "eles" o que têm?

“A Sedução da Barbárie”

A partir desse esquema interpretativo de mundo, como nós os geógrafos podemos contribuir para interpretar as estruturas do território e suas dinâmicas? Se a grande mídia contribui para o desaprendizado da informação, como diria Milton Santos, acordamos a cada dia ignorante das descobertas da véspera!

Em localidades como Alta Vista, Los Alamos, Palo Seco, etc., milhares de cientistas são pagos a preço de ouro para pensar o futuro, onde eles têm a sua disposição a maior concentração mundial de supercomputadores. Dessa maneira, a informação se transforma em cimento entre as várias técnicas, e a política garante uma perfeita integração e controle do mundo!

Choque de fundamentalismos

“A ‘policia’ aparece como uma administração que encabeça o Estado, juntamente com o judiciário, o exército e o erário. Certo. Mas na realidade, abrange tudo. Diz Turquet: ‘Ela se ramifica por todas as circunstâncias da vida do povo, por tudo que o povo faz ou empreende. Seu campo de ação inclui o judiciário, as finanças e o exército: A policia inclui tudo.’”

(FOUCAULT, 1988, p.135)

Em um mundo dominado por ideologias e sistemas sociais conflitantes, o debate sobre os deméritos relativos de cada um ou de ambos era normal. O capitalismo, o socialismo, o comunismo, o antiimperialismo e o anticomunismo estavam a favor ou contra algum aspecto conhecido da realidade. Esse confronto dominou a política e o discurso no mundo, tornando impossível institucionalizar a rotina de desinformação ou não-informação que prevalece hoje: quanto menos você souber, mais facilmente será manipulado. Com o triunfo de uma ideologia e o colapso total da outra, o espaço para o debate e a dissensão estreitou-se drasticamente.

A Europa é, na realidade, um estado mental. Ela começou como mito, com o rapto de Europa, filha de Agenor, em Tiro, e evoluiu para transformar-se num modo de vida fundamentado no sentimento de fazer parte de uma civilização comum. Essa mentalidade coletiva se desenvolveu por meio do próprio processo civilizador, a experiência compartilhada de viver sob a lei romana, a religião cristã e a cultura secular desenvolvida durante o Iluminismo.

Essa cultura comum se desfez no século 19, quando a Europa se dividiu em Estados-nações, mas seus princípios resistiram. Tendo sido formulados por filósofos de toda parte, desde Kant, em Königsberg, até Filangieri, em Nápoles, foram proclamados, em 1789, pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: "Os homens nascem e permanecem livres e com igualdade de direitos... Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência contra a opressão". Eles foram reafirmados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948. Eles ainda formam os alicerces da Europa que se reergueu no final do século 20.

A célebre "*boutade*" de Kissinger, quando perguntou "se eu quiser ligar para a Europa, que número devo discar?", não toca na questão fundamental, porque a Europa corresponde a um conjunto de símbolos e a um sistema de valores. O euro é um deles, mas seu valor vai flutuar de maneira errática, enquanto os valores do Iluminismo estão profundamente enraizados no passado.

Como vimos à ordem imperial não foi mantida somente por meio da coerção. Em alguns casos, governou com o apoio de elites, surgida de minorias formadas à sua imagem, que herdaram, então, o poder independente (ex-etnias africanas convertidas ao cristianismo, na África francesa, os javaneses, na Indonésia, ou quadros comunistas que acederam ao poder na Ásia Central). Os habitantes do império eram apenas "sujeitos", objetos de uma mesma submissão. A ruptura do poder central e a manifestação dos nacionalismos os tornaram "cidadãos", rivais em matéria de direito, quando este se construiu com base na identidade.

Os fins dos impérios foram, às vezes, acelerados por reivindicações com base nas identidades às quais as autoridades moribundas respondiam pela força e pela expulsão (perseguição dos maronitas e dos armênios, no fim do império otomano; dos croatas e bósnios, de zonas sérvias, na Iugoslávia etc.). Mas também foram provocados pelo colapso do poder central (caso da União Soviética ou das colonizações portuguesa e francesa na África). Surgem, então, países com

fronteiras inconsistentes, sem base política, com populações heteróclitas (Estados da Ásia central ex-soviéticos, Estados africanos emancipados pelo colonizador).

A ordem Unipolar

O Império atual é resultado, em primeiro lugar, por um fato singular: a existência de uma *ordem mundial*. Essa ordem se concretiza e podemos entender pela *constituição* do modelo que está sendo formada hoje. Para isso, já de saída, podemos dispensar duas concepções comuns a respeito dessa ordem que partem dos estrategistas do centro do grande capital:

- primeira é a noção de que o modelo atual surge *espontaneamente* da interação de forças globais radicalmente heterogêneas, ou seja, é fruto natural da evolução do capital como se essa ordem fosse um concerto harmonioso orquestrado pela mão neutra e oculta do mercado mundial;
- segunda é a idéia de que vivemos a ordem unipolar, gerenciada por uma única potência e um único centro de racionalidade *transcendente* para as forças globais, guiando as diversas fases do desenvolvimento histórico segundo um plano consciente e onisciente, algo assim como uma teoria conspiratória da globalização.

“(...) a constituição do Império em termos jurídicos, e em particular, um processo de longa transição do direito soberano de Estados-nação (e o direito internacional que daí decorre) para as primeiras configurações globais pós-modernas de direito imperial. Numa primeira aproximação, pode-se pensar nisso como sendo a genealogia de formas jurídicas que levaram ao papel supranacional das Nações Unidas, e agora vão além, e de suas diversas instituições afiliadas.”

É amplamente aceito que a noção de ordem internacional que a modernidade européia propôs e voltou a propor continuamente, pelo menos desde a Paz de Westfália, está em crise. E esse foi um dos motores que empurraram continuamente em direção ao Império. (...) De qualquer maneira, é fora de dúvida que na época da Primeira Guerra Mundial e do nascimento da Liga das Nações uma noção de ordem internacional e de sua crise já estava definitivamente estabelecida. O nascimento das Nações Unidas no fim da Segunda Guerra Mundial simplesmente reiniciou, consolidou e estendeu essa ordem jurídica internacional em desenvolvimento, que foi primeira

européia mas gradativamente se tornou global. (...) toda a estrutura conceitual da ONU baseia-se no reconhecimento e na legitimação da soberania de Estados individuais, e está portanto firmemente assentada no velho alicerce do direito internacional definido por pactos e tratados. De outro lado, entretanto, esse processo de legitimação só é eficaz na medida em que transfere direito soberano para um verdadeiro centro *supranacional*. (...) estamos interessados nas Nações Unidas e no projeto de ordem internacional não como fim mas como verdadeira alavanca histórica que fez avançar a transição para um sistema propriamente global.” (NEGRI, 2001, p.22-23)

A criação da ONU foi uma longa história de idéias, concessões e limitadas experiências voltadas mais ou menos para a construção do arranjo supranacional. Certamente o domínio das Nações Unidas sobre a estrutura geral do projeto supranacional, entre 1945 e 1989, provocou algumas das mais perversas conseqüências teóricas e práticas. E ainda assim foi insuficiente para impedir a constitucionalização de um poder supranacional. Nas trapalhadas experiências das Nações Unidas, o conceito jurídico de Império começa a ganhar forma.

O domínio ideológico dos EUA, apoiado por sua “máquina de guerra”, cresceu tanto que muitos que um dia criticavam o modo como esse poder era usado estão reduzidos a ronronar com prazer e fazer elogios banais. Generalizações avassaladoras são feitas a partir de acontecimentos incidentais ou comuns, e muitos importantes jornalistas americanos e europeus abandonaram a visão sem preconceito e o pensamento independente em favor de um superpatriotismo imperial. Os sábios de última hora nos EUA vivem procurando provas de que as coisas são piores em outros países do que em casa, e mandando informações dos vários postos no distante império - Londres, Sarajevo, Riad, Cairo, Lahore, Seul, Tóquio -, eles anseiam em coro pela familiar realidade americana que deixaram para trás. Os estadunidenses – Gore Vidal, Susan Sontag, Noam Chomsky, entre muitos outros - que afirmam sua independência do chauvinismo ou se recusam a se alinhar chamando a atenção para algumas das realidades falhas e feias do Império são malignamente denunciados pelos superpatriotas.

“Nessa atmosfera ideológica, as críticas à política externa dos EUA são tratadas como demonstrações de "antiamericanismo" ou, em uma cunhagem mais recente, "ocidentalismo". Os dois termos são usados para denotar um ódio cego pelos estadunidenses e por todos os aspectos seculares da vida, da política e da cultura que representa os Estados Unidos. Sem dúvida essa é a

visão de muitos religiosos fundamentalistas, independentemente da religião. Que outra coisa explica as primeiras reações dos fundamentalistas evangélicos de Tevê nos Estados Unidos que explicaram os atentados de 11 de setembro como a "punição de Deus" pelo pecado de tolerar o homossexualismo, o aborto etc.? De que outro modo explicamos a confusão do relativamente moderado pregador Billy Graham? Enquanto flanqueava o presidente Bush na homenagem feita em Nova York aos mortos, o reverendo Graham informou à reunião de astros e megastros que ele recebera uma torrente de cartas e perguntas depois do acontecimento. As pessoas queriam que ele explicasse "por que Deus deixou que eles atacassem os EUA". A resposta do pregador foi direta. Confessou sua perplexidade. Disse ao seu rebanho que não tinha resposta.

Por que Deus deixou que Alá permitisse os atentados? Por que Alá permitiu a Deus bombardear o Afeganistão e destruir o 'Emirado dos Fiéis'? Os fundamentalistas religiosos americanos tinham uma resposta. O país deles não estava sendo governado segundo as leis de Deus e seus profetas. Os fundamentalistas islâmicos do Afeganistão não tinham essa desculpa. Eles haviam feito o máximo para seguir suas interpretações do que o Alcorão prescrevia. No entanto duvido de que os líderes dos grupos islâmicos sejam assolados por crises em resultado disso. Eles são políticos de cabeça dura que usam a religião com eficácia. Saber se a maioria deles acredita nisso literalmente é outra questão." (ALI, 2002, P. 56-72)

Os fundamentalistas religiosos não escolhem os Estados Unidos para tratamento especial ou outro motivo além de seu poder hegemônico. Eles aplicam o mesmo critério restritivo a outras sociedades. Para os islamitas, nenhum dos governantes dos Estados e muçulmanos atuais é "verdadeiramente" muçulmano. Nenhum. Daí a luta para mudar os regimes existentes e substituí-los por emirados santos. Alguns judeus ortodoxos vêem a simples existência de Israel como uma desgraça. Outros, pertencentes ao movimento de colonos israelenses, reivindicam a sanção das escrituras e são alimentados pela crença escatológica de que reivindicar a terra apressará vinda do Salvador. Os hindus ortodoxos estão extremamente insatisfeitos com seu primeiro-ministro por ser frouxo demais para com os 130 milhões de muçulmanos na Índia e não permitir ao Hindutva registrar um triunfo total da cultura hindu contra "os estrangeiros", derrubando todas as mesquitas da Índia e construindo templos sobre seus alicerces arruinados. As seitas cristãs pentecostais estadunidenses não estão nem um pouco satisfeitas em ter apenas um dos seus ocupando a Casa Branca. Elas criticam as leis corruptas e anticristãs que maculam os Estados Unidos. Algumas

sancionam a colocação de bombas em clínicas de abortos e o assassinato de médicos que trabalham nelas.

O biopoder

“(…) não há satisfação para todos. Não é que a produção necessária seja globalmente impossível. Mas o que é produzido – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído. Daí a sensação e, depois, a consciência da escassez: aquilo que me falta a mim, mas que o outro mais bem situado na sociedade possui.” (SANTOS, 1996, p. 107.)

A gênese do biopoder

“As respostas teóricas a essa constitucionalização de um poder mundial supranacional, entretanto, têm sido completamente inadequadas. (...) A ‘analogia interna’ das Nações Unidas tornou-se, a ferramenta metodológica fundamental na análise de formas de ordem internacional e supranacional. Duas linhas de pensamento foram especialmente ativas nessa transição, e como uma espécie de taquígrafia pode-se imagina-las como ressurreições de ideologias hobbesianas e lockianas que, noutros tempos, dominaram as concepções européias de Estado soberano”.

- 1) A variante hobbesiana concentra-se primariamente na transferência do título de primazia e concebe a constituição da entidade soberana supranacional como um acordo contratual fundamentado na convergência de sujeitos estatais preexistentes. Um novo poder transcendente, concentrado primariamente nas mãos dos militares (o que governa a vida e a morte, o hobbesiano "deus na terra") é segundo essa escola, o único meio capaz de constituir um sistema internacional seguro e, assim, controlar a anarquia que os Estados soberanos forçosamente produzem. Em contraste com isso;
- 2) Segundo a variante lockiana, o mesmo processo é projetado em termos mais descentralizados e pluralistas. Nesse contexto, no momento em que a transferência para um centro supranacional é completada, surgem redes de

contra-poderes locais e constitucionalmente eficazes para contestar e/ou apoiar a nova figura de poder. Para assegurar mais segurança global, para derrubar imperativos estatais pela constituição de uma sociedade civil global. Esses slogans pretendem evocar os valores do globalismo de que iria se imbuir à nova ordem internacional, ou, com efeito, a nova democracia transnacional. (NEGRI, 2001, p.23-25)

Mas o novo poder global é apresentado em comparação com a concepção clássica de poder nacional soberano dos Estados. Não reconhece a nova natureza do poder imperial, as duas hipóteses se limitam a insistir nas velhas formas herdadas de constituição do Estado: uma forma monárquica no caso hobbesiano, uma forma liberal no caso lockiano.

Essas teorias podem se tornar, e de fato se tornam prejudiciais, pois não reconhecem o ritmo acelerado, a violência e a necessidade com que o novo modelo imperial funciona. *Eles não entendem que a soberania imperial assinala uma mudança de paradigma.* Contrariamente (mas na realidade não tanto assim) só a concepção de Kelsen apresenta um problema real, ainda que sua idéia se limite a um ponto de vista estritamente formalista. Que poder político existe ou pode ser criado, que seja adequado à globalização das relações econômicas e sociais? Que fonte jurídica, que norma fundamental, e que comando podem apoiar uma nova ordem e evitar o iminente mergulho na desordem global?

Da Sociedade Disciplinar a Sociedade do Controle

“O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação por exemplo) o ator ‘territorializa’ o espaço.” (RAFFESTIN 1993, p. 143)

Nós não podemos "descamufalar" a Guerra dos Mundos, a de negligenciar fatos como Hiroshima, como o Vietnã, como a criação do apartheid palestino no Estado de Israel, como as recentes intervenções militares do império (ONU, EUA e OTAN). Durante os séculos de nossa História Contemporânea, a Guerra dos Mundos, foi um dos principais elementos de sustentação das relações de produção capitalistas, da banalização do homem, da destruição das vidas dos povos, da interferência "absurda" na autonomia dos povos, em pró de uma política que construiu com ferro e sangue a tão invejada "hegemonia do capital", o poderio do Império.

A Guerra dos Mundos, é o resultado de um processo, é hecatombe, é a barbárie dos povos, e ela, por mais que os interessados tentem desmentir, tem história, tem passado, tem motivo. A Guerra dos Mundos, a mesma que movimenta bilhões em Wall Street, proibiu a venda de remédios para a África. A mesma Guerra dos Mundos, financiou a corrida bélica da Guerra Fria, a mesma, criou a bomba atômica, a mesma, estuprou centenas de crianças vietnamitas com balas e produtos químicos. Em troca, do que, de mercado, mercado, produção a todo custo, tiro, e superávit!

A obra de Michel Foucault preparou o terreno para essa investigação do funcionamento material do mando imperial. Em primeiro lugar, a obra de Foucault nos permite reconhecer uma transição histórica, de época, nas formas sociais da *sociedade disciplinar* para a *sociedade de controle*. Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de *dispositivos* ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Conseguir-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou de exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a "razão" da disciplina.

Devemos entender a sociedade de controle, em contraste, como aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual, os mecanismos de comando se tornam cada vez mais "democráticos"; cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade. A sociedade de controle pode, dessa forma, ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes. A seguir, a obra de Foucault nos permite reconhecer a natureza biopolítica do novo paradigma de poder. Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. Como disse Foucault, "a vida agora se tornou objeto de poder". A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder são a produção e a reprodução da própria vida.

Embora o Estado de exceção e tecnologias de polícia constituam o sólido núcleo e o elemento central do novo direito imperial, esse novo regime nada tem a ver com as artes jurídicas da ditadura e do totalitarismo que em outras eras e com grande alarde foram exaustivamente descritos por muitos autores (na realidade, um número excessivo deles). Pelo contrário, o império da lei continua a desempenhar papel central no contexto da transição contemporânea: o direito continua sendo eficaz e (precisamente por meio do Estado de exceção e das técnicas de polícia) se torna método. Essa é uma transformação radical que revela a relação não mediada entre poder e subjetividades, assim demonstrando a impossibilidade de mediações "prévias" e a incontornável variedade temporal do evento. Através dos ilimitados espaços globais, até às profundezas do mundo biopolítico, e confrontando-se com uma imprevisível temporalidade - tais são as determinações pelas qual o novo direito supranacional deve ser definido. É aqui que o conceito de Império deve lutar para se estabelecer, que ele precisa provar sua eficácia, e, portanto, que a máquina deve ser posta em movimento.

Desse ponto de vista, o contexto biopolítico do novo paradigma é totalmente indispensável à nossa análise. É isso que apresenta o poder como alternativa, não apenas entre obediência e desobediência, ou entre participação política formal e recusa, mas também em toda a esfera da vida e da morte, da fartura e da pobreza, da produção e da reprodução social, e assim por diante. Dadas as grandes dificuldades que tem a nova noção de direito para representar essa dimensão do poder do Império, e dada a sua incapacidade de atingir concretamente o biopoder em todos os seus aspectos materiais, o direito imperial pode, no melhor dos casos, representarem apenas parcialmente o projeto subjacente da nova constituição da ordem mundial, e não pode, realmente, abarcar o motor que o põe em movimento. Nossa análise deve concentrar sua atenção na dimensão produtiva do biopoder.

Essas análises partem de dois projetos de pesquisa coordenada. O primeiro consiste na análise das recentes transformações do trabalho produtivo e sua tendência a se tornar, cada vez mais, imaterial. O papel central previamente ocupado pela força de trabalho de operários de fábrica na produção de mais-valia está sendo hoje preenchido, cada vez mais, por força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa.

Ao indagarmos como podem ser constituídos os elementos políticos e soberanos da máquina imperial, descobrimos que não há necessidade de limitar nossa análise às instituições reguladoras supranacionais estabelecidas, ou sequer concentra-la nisso. As organizações da ONU, em companhia das grandes agências transnacionais de finança e comércio (o FMI, o Banco Mundial, o OMC, e assim por diante), tornam-se relevante na perspectiva da constituição jurídica supranacional apenas quando consideradas dentro da dinâmica da produção biopolítica da ordem mundial. A função que tinham na velha ordem internacional, deve-se salientar, não é o que agora dá

legitimidade a essas organizações. O que hoje as legitima é sua função, tornada possível recentemente na simbologia da ordem imperial. Fora do novo contexto, essas instituições são ineficazes. Na melhor das hipóteses, o velho contexto institucional contribui para a formação e educação do pessoal administrativo da máquina imperial, a "apresentação" de uma nova elite imperial.

As grandes corporações transnacionais constroem o tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico em certos e importantes sentidos. O capital sempre foi, de fato, organizado com vistas à esfera global inteira, mas só na segunda metade do século XX corporações industriais e financeiras multinacionais e transnacionais começam de fato a estruturar biopoliticamente territórios globais. Alguns sustentam que essas corporações simplesmente vieram preencher a vaga ocupada pelos diversos sistemas colonialistas e imperialistas nacionais em fases anteriores do desenvolvimento capitalista, do imperialismo europeu do século XIX à fase fordista de desenvolvimento no século XX. Em parte, é verdade, mas esse lugar foi substancialmente transformado pela nova realidade do capitalismo. As atividades de corporações já não são definidas pela imposição de comando abstrato e pela organização de simples roubo e de permuta desigual. Mais propriamente, elas estruturam e articulam territórios e populações. Tendem a fazer dos Estados-nação meramente instrumentos de registro do fluxo de mercadorias, dinheiro e populações que põem em movimento. As corporações transnacionais distribuem diretamente a força de trabalho pelos mercados, alocam recursos funcionalmente e organizam hierarquicamente os diversos setores mundiais de produção. O complexo aparelho que seleciona investimentos e dirige manobras *financeiras* e monetárias determina uma nova geografia do mercado mundial, ou, com efeito, a nova estruturação biopolítica do mundo.

Do imperialismo ao terror

“Há duas mensagens contidas nos ataques terroristas aos Estados Unidos, que todos nós, do mundo ocidental, deploramos, assim como igualmente reagiram a maioria dos países do Oriente Médio e da Ásia. Primeiramente, o governo americano deve se perguntar por que uma onda antiimperialista, antiamericanista, que ganhou força em todos os oceanos do mundo, inunda com tanta implacabilidade os Estados Unidos? Outra mensagem encontra-se embutida em duas outras indagações: por que os responsáveis por essa tragédia sacrificaram as próprias vidas no processo, e por que os Estados Unidos são hoje odiados com imensurável rancor não somente nos países árabes e islâmicos, mas em grande parte do mundo em desenvolvimento? A essas perguntas os Estados Unidos respondem com ponderações incipientes,

dizendo que a liberdade e a democracia foram atacadas. A resposta não é tão simplista. A mim, pessoalmente, parece que alguém está tentando dizer ao presidente George Bush que sua política externa negligenciou as necessidades de grande parte dos países árabes e islâmicos, dos países em desenvolvimento; que nenhum país é hegemônico o suficiente para governar o mundo sozinho.”(HOBSBAWM, 2001, p. 536)

O crescimento da oposição ao projeto globalista neoliberal foi temporariamente barrado pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Em resposta aos atentados, o governo dos EUA desencadeou uma atabalhoada e brutal campanha terrorista de Estado contra milhões de pessoas, tanto no país como no exterior. A parte mais importante dessa estratégia é a chamada ‘guerra infinita’ contra adversários pouco definidos, mas cuidadosamente selecionados. Ao invés de ajudar a resolver descontentamentos existentes, o terrorismo de Estado norte-americano deu um pretexto para terroristas privados atacarem os EUA e seus cidadãos.

A chamada ‘guerra ao terror’ foi racionalizada através da assimilação entre o projeto globalista neoliberal e o imperialismo estadunidense. A elite global (a ‘comunidade internacional’, baseada em Washington) subordinou descaradamente o direito internacional aos interesses da política externa norte-americana. Ela concedeu a si mesma a licença para aplicar uma força ilimitada contra regimes discordantes (‘estados destrutivos’) ou movimentos sociais (‘organizações terroristas’), seja por ‘razões humanitárias’ ou para derrotar o que quer que aquelas elites decidam chamar de ‘terrorismo’.

A “máquina de guerra” dos Estados Unidos permite que seus governos ataque adversários em qualquer ponto do planeta sabendo que suas próprias baixas serão reduzidas, e que o dano ao outro lado eventualmente destruirá a oposição. As guerras desencadeadas pelos EUA e seus Estados Vassallos contra o Iraque, em 1990, e ações militares subsequentes no Afeganistão, Bósnia, Kosovo, Palestina, Panamá, Serra Leoa, Somália, Sudão, e mais recentemente novamente no Afeganistão e no Iraque, e em outros lugares trouxeram importantes ganhos à elite global, por exemplo, garantias de segurança sem precedentes a seus interesses comerciais. Entretanto, essas operações tiveram um custo incalculável. Convenientemente, as vítimas são quase invariavelmente pobres e escuras. Elas falam línguas incompreensíveis e idolatram deuses menores. Elas vivem em locais aonde os problemas políticos e sociais são intratáveis, de onde elas raramente podem sair porque (em contraste com seu dinheiro e seus bens) elas não são bem-vindas no exterior. Seu destino é irrelevante, desde que elas submetam-se aos desígnios geopolíticos ocidentais.

Os atentados de 11 de setembro aos EUA, que ainda se encontra precariamente explicado, revelaram limites inesperados do globalismo neoliberal. A profundidade da insatisfação com o comando econômico e político de Washington foi exposta, e o argumento de que a liberalização

comercial e financeira pode resolver os principais problemas do mundo sofreu um forte golpe. O argumento de que os Estados são impotentes contra as forças globalizantes foi desmoralizado pelas políticas econômicas expansionistas adotadas após os ataques, e pela onda repressiva coordenada através do mundo. A repressão incluiu não apenas restrições às liberdades civis, mas também controles refinados contra os fluxos internacionais de capital e a imposição de limites ao direito de propriedade, por exemplo, contra as patentes farmacêuticas durante o ataque de antrax nos EUA. Por fim, importantes movimentos contra a guerra emergiram em vários países, especialmente no Reino Unido, na Itália, na Espanha, na França e – corajosamente – os EUA.

Após o 11 de setembro estadunidense, a elite global aproveitou a oportunidade para atacar todas as formas de discordância. Em meio a uma maré montante de xenofobia e racismo, jornalistas raivosos rosnaram que os protestos anticorporações eram também antiestadunidenses, e ridicularizaram as objeções contra a “guerra ao terror”. Políticos excêntricos em vários países, desejosos de agradar seus mestres, alegaram até mesmo que os novos movimentos de protesto têm os mesmos objetivos que Osama Bin Laden.³

Há muitos anos sabe-se que essas políticas têm sucesso apenas excepcionalmente. A performance econômica durante os últimos vinte anos, tanto nos países ricos quanto nos pobres, tem sido desapontadora, com taxas de crescimento econômico normalmente abaixo daquelas do período (Keynesiano) precedente. Os níveis de pobreza não se reduziram substancialmente, se é que caíram; as desigualdades domésticas e internacionais aumentaram dramaticamente; elevados fluxos de capital se associaram as graves crises cambiais, e a festejada transição econômica no extinto bloco Soviético foi um fracasso retumbante (pelo menos para a maioria da população). Aderentes do neoliberalismo invariavelmente alegam que esses desastres indicam a necessidade de reformas ainda mais profundas. Entretanto, é igualmente lógico, e mais razoável, concluir que as reformas neoliberais são parcialmente responsáveis pela performance econômica desastrosa nos países ricos e pobres.

Essa conclusão pode ser confirmada por cinco argumentos teóricos.⁴

- Primeiro, as reformas neoliberais destroem um grande número de empregos e até mesmo indústrias inteiras, tautologicamente descritas como ‘ineficientes’. Ao mesmo tempo, espera-se que o exaurido paciente gerará, espontaneamente, alternativas saudáveis através da suposta eficácia das forças de mercado. Essa estratégia raramente dá certo. O impacto depressivo da eliminação das indústrias tradicionais geralmente não é compensado pelo rápido desenvolvimento de novas atividades, levando ao desemprego estrutural e ao aumento da pobreza e da marginalidade, além de uma restrição de balanço de pagamentos ainda mais apertada nos países afetados.

- Segundo, a fé neoliberal nos mercados contradiz até mesmo os princípios elementares da teoria econômica neoclássica. Por exemplo, em sua análise do ‘*second best*’, desenvolvida há meio século, Lipsey e Lancaster demonstraram que, se uma economia diverge do ideal perfeitamente competitivo por várias razões (como é necessariamente o caso, em qualquer economia), a remoção incompleta das ‘imperfeições’ pode não torná-la mais eficiente. Assim, até mesmo a teoria neoclássica pode explicar porque as reformas neoliberais tendem a fracassar.
- Terceiro, a presunção de que o mercado é virtuoso enquanto o Estado é uma fonte de desperdícios, corrupção e ineficiência são simplesmente equivocadas. Essa falsa dicotomia é freqüentemente empregada para justificar a intervenção estatal a favor do capital (por exemplo, a privatização e a restrição das liberdades sindicais facilitam os abusos por parte dos capitalistas, o logro dos consumidores e a maior exploração dos empregados). Na realidade, o Estado e os mercados são imperfeitos e inseparáveis. Eles incluem diversos tipos de instituições, cujas fronteiras não podem ser traçadas no abstrato. Por exemplo, a Receita Federal, o Banco Central, o Tesouro, as agências reguladoras dos serviços financeiros, as firmas de contabilidade e consultoria e os bancos estatais e privados são inseparavelmente ligados uns aos outros, mas a natureza exata de suas relações é necessariamente circunstancial.
- Quarto, as políticas econômicas normalmente não envolvem alternativas excludentes entre o Estado e os mercados. Pelo contrário, elas incluem escolhas entre diferentes formas de interação entre instituições em *ambas* as esferas. A privatização, por exemplo, pode não implicar a retirada do Estado da economia ou mesmo uma maior eficiência empresarial. O resultado depende da firma, seu produto, gerenciamento e estratégia, a forma de privatização, a estrutura regulatória, a força e a forma da concorrência, e outros fatores.
- Quinto mercados desenvolvidos surgem *apenas* através da intervenção estatal. O Estado estabelece o quadro institucional e regulatório dos mercados, inclusive os direitos de propriedade e a interpretação e aplicação da lei. O Estado regula a provisão de infraestrutura, assegura que uma força de trabalho suficientemente saudável, treinada e subserviente esteja disponível, e controla os conflitos sociais. O Estado estabelece e regula as qualificações profissionais e as regras de contabilidade, e gere um sistema tributário que inclui o pagamento de impostos e a execução de gastos públicos que influenciam decisivamente o desenvolvimento dos mercados, a performance empresarial, e os padrões de emprego. Como as economias capitalistas dependem necessária e constantemente das instituições Estatais, tentativas de ‘medir’ a intervenção do Estado são simplesmente

equivocadas. Na verdade, o que importa são os ganhos e perdas associados com cada tipo de política estatal, e a implementação de políticas públicas claras e coordenadas.

Essa abordagem dos mercados e do Estado não nega a afirmação Marxista de que o Estado é ‘um comitê para gerenciar os assuntos da burguesia como um todo’.⁵ As razões são evidentes. Primeiro, o Estado é *constitucionalmente* comprometido com o capitalismo, segundo a lei e as práticas sociais, e as instituições estatais estão intimamente ligadas com o desenvolvimento dos mercados, o trabalho assalariado e a busca do lucro. Segundo, os quadros e as prioridades políticas das instituições Estatais são fortemente influenciados pelos grupos de interesse que elas representam, nos quais o capital tende a ser hegemônico. Terceiro, a reprodução do Estado depende estreitamente das fortunas do capital, porque as receitas variam conforme a lucratividade empresarial e o nível de emprego. Quarto, o poder econômico e político dos capitalistas, e sua influência sobre a cultura, a linguagem e os hábitos, são enormes, especialmente em sociedades democráticas. Por exemplo, a comercialização dos votos, o controle estatal sobre a imprensa e a imposição de critérios ideológicos para a seleção de funcionários públicos são normalmente associados com as táticas brutais de chefes africanos e latifundiários latino-americanos. Entretanto, elas são mais proeminentes no ‘capitalismo avançado’ dos Estados Unidos que em qualquer outro lugar.

Em resumo, as políticas econômicas e seus efeitos são contextuais *e também* estruturados pelas necessidades do capital. Por um lado, a pressão a favor ou contra certas políticas *pode trazer resultados*, e as resultantes decisões políticas *podem* melhorar significativamente as condições de vida da maioria. Por outro lado, esses sucessos potenciais são limitados. Quando confrontados por políticas ‘inaceitáveis’, os capitalistas se recusarão a investir, empregar, produzir e pagar impostos; eles provocarão crises cambiais, incapacitarão o governo, paralisarão o Estado e chantagearão os trabalhadores – e não hesitarão em recorrer à violência para defender seu poder e seus privilégios. A história demonstra abundantemente que a maioria das instituições estatais, inclusive a polícia e as forças armadas, se alinharão com os interesses endinheirados e tentarão protegê-los dos desafios vindos de baixo.

Referencias:

1. ALI, T. **Confronto de fundamentalismos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
2. CROSETTI, Z. S. **Globalização, tecnologia, neoliberalismo e poder**. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n.º 02 p. 31-39. Edições AGB/Letra das Artes, 1997.
3. ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
4. FORRESTE, V. **O Horror Econômico**. São Paulo: UNESP, 1998.
5. FOUCAULT, M. **História da sexualidade** – A vontade de Saber 1. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 7ª edição.

6. HADDAD, F. **Trabalho e classes sociais**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S.Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997.
7. HUNTINGTON. S. P. **O Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
8. HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
9. LOPES, M.I.S. **Educação, Qualificação e mundo do trabalho: Danos e Ganhos**. In PRIORI, A. O mundo do trabalho e a política; ensaios interdisciplinares. Maringá: Eduem, 2000, p.139-151.
10. NEGRI, A. HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 3ª edição.
11. RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993, 269p.
12. SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia. Das letras, 1999.
13. SANTOS, M. **Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.
14. WALLERSTEIN, I. **Após o Liberalismo - Em Busca da Reconstrução do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

¹, John A. Hobson. Imperialismo e Economia, 1902.

² Lenine. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo, 1916.

³ 'Ativistas do G7 não são melhores do que Bin Laden' (*London Evening Standard*, 5/11/2001). Argumentos semelhantes foram alegadamente expressos pelo deputado americano Don Young, pelo Representante Comercial dos EUA, Robert Zoellick, e pelo Primeiro Ministro Italiano Berlusconi, entre outros (Karlner 2001).

⁴ Ver Arestis e Sawyer (1998) e Fine e Stoneman (1996), nos quais essa seção se baseia, e as referências ali citadas.

⁵ Marx e Engels. Textos Seleccionados. S.Paulo: Avante, 1988, p.12.